

Burke, Peter (2008) *O que é História Cultural?* Tradução Sérgio Goes de Paula, 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 177 pp., ISBN: 978-85-378-0869-6

A obra assume uma perspectiva sobre a discussão teórica da História Cultural dos anos setenta do século XX na Europa e reflete, sobretudo, as diferenças e os conflitos culturais na produção do conhecimento histórico. A definição de cultura revela que qualquer explicação de História Cultural caminha para o campo interdisciplinar, local e global. Como bem sublinha Peter Burke, um dos aspectos que melhor caracteriza a prática da História Cultural nas décadas de sessenta a noventa do século XX é o caminho de aproximação da História à Antropologia, essencialmente por conta dos problemas da compreensão do termo cultura.

O primeiro capítulo – A grande tradição – remete para a tradição alemã. Recupera a noção de “espírito da época” e insiste na exploração das formas, linguagens e sentimentos de expressão cultural. Analisa os contributos dos sociólogos Max Weber e Norbert Elias que, nos finais dos anos trinta, estudaram o processo civilizador. Aborda a noção de cultura na obra de Aby Warburg, que elegeu como campo de reflexão o Renascimento e de Ernst Gombrich que, nos anos sessenta, estudou a relação entre verdade e estereótipos.

A década de trinta, em função da ascensão de Hitler ao poder, foi marcada pela fuga de cientistas para Londres e Estados Unidos e por um recurso mais insistente no conceito de “civilização”. A palavra-chave era “civilização”, mais que “cultura” (p. 19).

A diáspora dos intelectuais alemães possibilitou o desenvolvimento de diferentes enfoques sobre cultura e sociedade. Na década de cinquenta, o marxista Arnold Hauser estudou a história social da arte. Na década de sessenta, a História Social fez a descoberta do povo e, na década seguinte, a “formação da classe operária inglesa” de Edward Thompson assinalou o lugar central doravante conquistado pela cultura popular. Na linha de valorização da História Social da Cultura merecem análise cuidadosa os contributos de Jacques le Goff e dos historiadores ligados à Escola dos Annales.

No segundo capítulo – Problemas da História Cultural –, Peter Burke reflete que os métodos, as fontes e as conclusões têm confiabilidade relativa, por serem produzidos e escolhidos com elevado condicionamento. “O problema levantado por Clapham acerca das leituras subjetivas dos textos é bem mais difícil de resolver” (p. 26).

O terceiro capítulo – A vez da Antropologia Histórica – refere a aproximação da Antropologia com a História, ressaltando a importância dos valores culturais para explicar a produção e o consumo. Os historiadores J. Elliott e R. Chartier voltaram a sua atenção para o pensamento, as ideias e a produção escrita. O antropólogo Geertz ampliou o termo cultura e influenciou historiadores, como Robert Darnton. E nesta lista de historiadores da História Cultural do final do século XX incluem-se: Georges Duby, Le Roy Ladurie, Daniel Roche, Lynn Hunt e, entre outros, Carlo Ginzburg.

Na década de setenta do século XX, cresceu a discussão entre macro-história e micro-história. A micro como reação às explicações das narrativas e generalizações dos processos da civilização ocidental e como reação à globalização em favor da cultura regional e local.

O capítulo 4 questiona a emergência de um novo paradigma de pesquisa. O novo modo de fazer História da Cultura é ponto de partida de uma outra teoria cultural. Esta teoria cultural tem reforço de importantes teóricos, tais como, Michel Foucault, Norbert Elias, Jürgen Habermas, Mikhail Bakhtin e Pierre Bourdieu. Observamos as variedades da Nova História Cultural de Mikhail Bakhtin com os conceitos de carnavalização e subversão da alta cultura pela baixa e a prevalência dada a muitas vozes, como se de um texto de polifonia se tratasse. É de Norbert Elias o conceito de processo civilizador. Apesar de criticado, tem sido aplicado em múltiplas pesquisas de historiadores. Por seu turno, Michel Foucault com os conceitos de contrários, progresso e evolução analisou as descontinuidades culturais, as rupturas e a ideia de invenção da cultura, de redes de ideias e pensamentos ao nível da microfísica do poder. “Se Elias enfatiza o autocontrole, Foucault chamava a atenção para o controle sobre o eu, especialmente o controle sobre os corpos exercidos pelas autoridades” (p. 58).

Por fim, saliente-se Pierre Bourdieu com a ideia de “reprodução cultural” teoria da prática, de *habitus* que distingue de regras, emprego de bens, produção e capital relacionado com a cultura e a teoria da estratégia de distinção cultural a afirmação da identidade social.

Novos paradigmas da Nova História Cultural dos quais se destacam: 1 – O estudo das práticas, a exemplo das práticas religiosas diferentes da teologia; da fala diferente da linguística; do experimento diferente da teoria e assim profissionalizaram-se vários temas, tais como, esportes, maneiras à mesa, consumo, fala, viagem, leitura etc.. 2 – Estudos das representações, construção do imaginário social, reflexo das estruturas sociais e criação das ideias. 3 – A História da memória e da ação e aceleração das transformações sociais que ameaçam a identidade, apesar de sabermos que as memórias são

“contaminadas” pela cultura, por grupos diferentes, por momentos diferentes. 4 – O estudo da cultura material – os estudos dos objetos para compreensão de mudanças e relações sócio-culturais. 5 – O outro paradigma da Nova História Cultural é a história do corpo centrada na identificação dos elementos culturais da vida, nos aspectos físicos e na carga simbólica dos gestos, higiene, etc..

A revolução da História Cultural evoluiu a partir da Antropologia histórica, neste sentido, o autor refere os contributos de Jaques Le Goff, Natalie Zemon Davis, e Keith Thomas.

O quinto capítulo – Da Representação à Construção – desenvolve uma análise da mudança da História Cultural para a História Social da Cultura e para a produção da realidade criada, em que a linguagem não é mais o reflexo do objeto e as histórias apresentam versões quanto ao ponto de vista escolhido: vista de baixo, a visão dos colonizados, a visão dos derrotados, das classes subalternas, das mulheres etc.. É a criação da realidade e o declínio do determinismo.

Quanto às variáveis desse construtivismo podemos perceber a reutilização do pensamento de Michel de Certeau que analisou as práticas das pessoas comuns, a criatividade e a inventividade nas apropriações e no consumo das ideias e objetos.

A construção do conceito de género, masculino e feminino, e as distinções de masculinidade e feminilidade são modificadas historicamente. Refira-se ainda outro valor do construtivismo: a construção das comunidades, sob o signo do livro. “Comunidades Imaginadas” (Benedict Anderson) e “invenção da tradição” (Hobsbawm) em que se mesclam múltiplas tradições, antigas, recentes e (re)inventadas. Em relação à construção da monarquia, como em relação à construção da nacionalidade são usadas as festividades, coroações, casamentos, funerais, procissões religiosas e paradas militares para evidenciar a construção de um ideal de unidade (p.88).

Em relação à construção de identidades individuais, importa realçar que estas representam um eu forjado no coletivo, que está para além da biografia como construção de identidade para si mesma. É a chamada virada performativa e modelo dramatúrgico. Dizer a performance de consensos, das festividades, performance de nacionalismo, da história ou da memória, performance da linguagem, da metáfora que não só expressa, porém ajuda a criar a identidade, ainda a performance como o contrário de regras culturais, dos improvisos de recriação e de conflito dos significados. Igualmente a ascensão do ocasionalismo – ideia de distanciamento das regras fixas, respostas flexí-

veis às lógicas sociais, a exemplo do tipo de linguagem ou gesto para cada tema, cargo ou ocasião.

O autor trabalha ainda com o conceito de desconstrução, categoria que em cada tempo os historiadores utilizam como projeção de valores sobre o do passado. Portanto, o construtivismo é antagónico, a visão simplista da identidade, ainda cria problemas cuja solução está longe de ter respostas para questões como: que restrições se constroem? A partir de quê? Ou melhor, há uma criação contínua da cultura a partir de elementos velhos e novos?

O sexto capítulo – Além da virada cultural? – Assinala o retorno a Burckhardt e sustenta que a história cultural tradicional persiste nos estudos da alta cultura, coexistindo com o interesse despertado pela cultura popular. Os deslocamentos e ênfases da Nova História Cultural acontecem a exemplo de *O queijo e os vermes* de Carlo Ginzburg.

Outras extensões da Nova História Cultural são os estudos da História Cultural da política, da violência e das emoções. A cultura e a política estão presentes em muitas produções sobre os simbolismos das monarquias e repúblicas. É a chamada cultura política de Lynn Hunt que trata da Revolução Francesa e seus comportamentos políticos, além de Thompson, Levi Strauss, Foucault e Derrida que também se dedicaram ao tema. Temos, também, Shahid Amim sobre a imagem de Gandi na consciência camponesa. O movimento de formação dos grupos de estudos dos subalternos na Índia, na Irlanda e na América Latina servem de exemplo da expansão da Nova História Cultural.

A reflexão de uma vingança da História Social como reação à expansão da Nova História Cultural sugere que esta foi muito longe e que existe um problema de subjetividade, de definição, de método e fragmentação, para além dos limites próprios do construtivismo. Percebe-se a existência de problemas na relação entre cultura e sociedade e não se pode perder de vista as estruturas políticas e económicas. Como a Nova História, a Nova História Cultural evoluiu. Novos objetos, novos problemas, novas abordagens, novas fontes, novos métodos são objecto de intenso debate.

Quanto ao tópico “as fronteiras e o encontros” existe uma tentativa de romper com a fragmentação, com o conceito de fronteira cultural e a questão é de onde se olha cada área cultural, ou seja, como fazer as distinções, como tratar os grupos fluidos entre estas fronteiras e as zonas de contacto e convivência de opostos numa cultura híbrida.

A narrativa na História Cultural foi anteriormente ligada à visão tradicional, a narrativa volta para dar voz às pessoas comuns, histórias de vida, narrativas culturais suas estruturas e versões, na perspectiva do leitor. O desafio

é fazer isso sem dar à História um enredo triunfalista e enfatizar a crítica e o conflito de visões e de sentido de cada narrativa.

Peter Burke observa que a Nova História Cultural pode chegar ao fim, todavia o seu percurso ainda está em crescimento, ou melhor, em processo. As questões persistem sem soluções e novas surgirão. Os historiadores culturais e sociais ampliam os seus territórios. Não existe defesa de que a História Cultural é a melhor forma de História, porém as suas contribuições são pertinentes e necessárias. E quaisquer que sejam os resultados não será possível retornar à compreensão positivista dos documentos históricos, uma compreensão literal onde não se destacam os simbolismos.

Concluimos que a História Cultural não é monopólio dos historiadores. É multidisciplinar, por esta razão torna-se difícil a sua definição. As invasões de fronteira e território são comuns entre a história literária, a arte e a antropologia, tomando emprestados os seus conceitos. Mas também com a sociologia, o folclore, a geografia, a arqueologia, a ecologia, entre outros. Para além disso, a História Cultural aproxima-se dos conceitos de performance social, construção cultural, tradição, herança, construção cultural dos espaços, antropologia cultural e arqueologia. Como projeção, até a ecologia se aproxima da História Cultural. O movimento dos estudos culturais, enfrentando embora a ameaça de ser engolido por outros contributos gerados a partir dele, cruza-se ainda com a história da memória e do quotidiano.

Enfim, algumas das questões levantadas nasceram do embate, da guerra, da cultura e da rejeição – a cultura dos homens brancos mortos, em contraponto com afro-americanos e do estudo das mulheres na história. E desta forma seguem o embate sobre o multiculturalismo, termo que pressupõe a existência de diversas culturas em um mesmo espaço, estimuladas a conservar as suas identidades. As questões levantadas suscitam a pergunta: onde estão as fronteiras culturais e o que é autenticidade cultural? Os historiadores culturais não resolverão os problemas, porém têm a possibilidade refletir sobre tais questões.

ANDRÉA SILVA CARVALHO

Doutorando em História / Capes
Universidade de Coimbra. / CHSC
andreaxedas@yahoo.com.br